

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIAS

Requerimento Nº 1/2007

(do Sr. Fernando Ferro e do Sr. Domingos Dutra)

*Solicita a realização de Audiência Pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos do processo de implantação da **Usina Hidrelétrica de Estreito**, no Município de Estreito, no Estado do Maranhão.*

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos do processo de implantação da **Usina Hidrelétrica de Estreito, no Município de Estreito, no Estado do Maranhão.**

Solicita-se que sejam convidada(o)s: Exmº. Sr. Nelson Hubner – **Ministro de Estado das Minas e Energia**, Sr. José Lopes Pereira - **Prefeito do Município de Estreito**, um(a) representante do **Ministério Público Estadual**, um(a) representante do **Ministério Público Federal**, um(a) representante do **CESTE - Consórcio Estreito Energia**, um(a) representante do **CIMI – Conselho Indigenista Missionário** e um(a) representante do **MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.**

JUSTIFICAÇÃO

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no



80D002F248

Município de Estreito, Estado do Maranhão, vai trazer impactos econômicos, sociais e ambientais para a população de **Estreito e Carolina**, no Maranhão e para mais 10 Municípios no Estado do Tocantins: **Aguiarnópolis, Darcinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Palmeirante, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins**. A implantação da Hidrelétrica vai impactar, também, as **Terras Indígenas Apinajé e Krahô** no Tocantins e **Krikati** no Maranhão.

O processo de implantação prevê a formação de um lago de 555 Km² de superfície e a inundação de 400 Km² de terras. **Há uma estimativa de que mais de 20 mil pessoas tenham que deixar os locais onde moram atualmente**. O complexo da Hidrelétrica de Estreito integra um conjunto de 80 usinas na bacia do Araguaia Tocantins, numa faixa conhecida como corredor multi-modal (rodovia, hidrovia, ferrovia), em que empresas do setor de alumínio requer a energia elétrica como o seu principal insumo.

Os responsáveis pela obra formaram o Consórcio Estreito Energia (CESTE): a empresa belga Tractebel, subsidiária da francesa Suez, detém 40,07% das ações, a Alcoa, com 25,49%, é uma empresa do consórcio Alumar; a Vale do Rio Doce (CVRD) detém 30% das ações; a empresa Camargo Corrêa detém 4,44 % das ações. Estas empresas conseguiram diferentes financiamentos com instituições bancárias como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Uma primeira rodada de audiências sobre o projeto da construção da hidrelétrica ocorreu no ano de 2002. Em 2005, foi realizada a segunda rodada de audiências públicas, em decorrência dos estudos de impactos ambientais complementares, e as Terras Indígenas não foram incluídas nos estudos, por que o consórcio informava que estes territórios não seriam atingidos.

Segundo algumas organizações da sociedade civil que atuam na região, as audiências não foram suficientes para esclarecer às comunidades envolvidas e à população algumas questões relevantes. E, atualmente, já se sabe que **as Terras Indígenas também serão atingidas**, apesar de terem sido excluídas do processo inicial. A Licença Prévia foi liberada em junho de 2005, mesmo com uma **recomendação de suspensão da mesma feita pelo Ministério Público Federal**, através de procuradores do Maranhão e do Tocantins, assim como manifestações contrárias de indivíduos e de organizações da sociedade civil.

Por outro lado, o Governo Estadual e o próprio Governo Federal apostam na importância da obra, incluída no PAC-Projeto de Aceleração do Crescimento em 2007. Segundo informações veiculadas na imprensa maranhense, especificamente no Jornal Pequeno, “o Maranhão deverá ter em seu território a segunda maior usina hidrelétrica do mundo, a ser construída a partir do ano que vem no leito do Rio Tocantins, em Estreito. (...) **A**



80D002F248

UHE/Barragem do Rio Tocantins é o maior projeto nacional estratégico no setor energético em implantação no país e a segunda maior em processo de construção no mundo, só superada pela Usina de Três Gargantas, na China. Terá potência instalada em 1087 MW, com produção de 5.123.724 MWh de energia elétrica, a qual será incorporada aos Sistemas Regionais Norte/Nordeste e Norte/ Sul, por intermédio da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional”.

Assim, temos **uma situação complexa, de desdobramentos nacionais**, que requer atenção de instituições que devem ser isentas, como a Câmara dos Deputados. De um lado, temos as preocupações pertinentes da sociedade civil, de outro lado, a necessidade governamental de investimentos em infra-estrutura e grandes corporações. Essas e outras **questões polêmicas acerca da implantação da UHE de Estreito** certamente terão espaço nesta Comissão, que **vai prestar um serviço ao Maranhão e ao Brasil ao colocar num espaço democrático e igualitário dois grupos distintos e suas posições.**

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2007

Fernando Ferro
Deputado Federal (PT/PE)

Domingos Dutra
Deputado Federal (PT/MA)

